

2. AP

Egídio Paulo Manganhela Simango

Município e Gestão de Resíduos Sólidos

Caso da Autarquia de Maputo

Distrito Municipal 1

5º Ano

Universidade Eduardo Mondlane

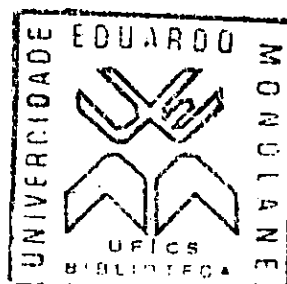
UFICS

Curso de Administração Pública

Maputo, Junho de 2000

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura da Universidade Eduardo Mondlane

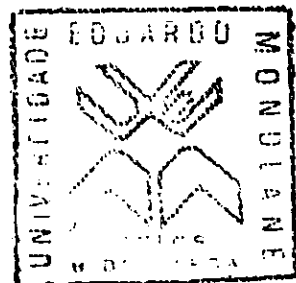
| |
|------------------|
| U.E.M. - UFICS |
| N.º E. 4383 |
| DATA 12/07/05 |
| AQUISIÇÃO oferta |
| COTA AP-2 |



AOS MEUS PAIS

E

EM ESPECIAL 'A LEANDRA MONDLANE



Índice

| | |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 1 |
| 2. CONTEXTUALIZAÇÃO | 3 |
| 3. DELIMITAÇÃO | 9 |
| 4. OBJECTO DE ESTUDO | 10 |
| 5. PROBLEMÁTICA | 11 |
| 6. QUESTÃO DE PARTIDA | 12 |
| 7. HIPÓTESE | 12 |
| 8. METODOLOGIA | 13 |
| 9. MODELO DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE BELO HORIZONTE | 14 |
| 10. CURITIBA: UM PROGRAMA SOCIAL DE COLECTA DE LIXO | 17 |
| 11. EXPERIÊNCIA DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA AUTARQUIA DA BEIRA | 19 |
| 12. EXPERIÊNCIA DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO DISTRITO URBANO 4 | 20 |
| 13. CIDADE DE MAPUTO | 22 |
| 14. PESQUISA | 23 |
| 15. CONCLUSÃO | 26 |
| 16. RECOMENDAÇÕES | 27 |
| 17. REFERÊNCIA | 29 |
| 18. BIBLIOGRAFIA | 29 |

LISTA DE ANEXOS

- | | |
|----------------|-------------------------------------|
| Anexo 1 | Divisao administrativa de Maputo |
| Anexo 2 | Resíduos Sólidos (1998) |
| Anexo 3 | Lixo Recolhido em 1999 na Beira |
| Anexo 4 | Lixo na Cidade de Maputo |
| Anexo 5 | Camioes da QUIMILAR |
| Anexo 6 | Lixo na Cidade de Maputo |
| Anexo 7 | Recolha de Lixo na Cidade de Maputo |

RESUMO

As grandes cidades apresentam hoje grandes problemas relacionados com a gestão de resíduos sólidos. A capital de Moçambique, Maputo, não escapa a este fenómeno. Neste trabalho pretende-se abordar esta questão de maneira a contribuir na adopção de novas estratégias de recolha de resíduos sólidos, comunmente designado de lixo.

Para poder entender esta problemática em Moçambique optou-se pela análise contextualizada da organização política e administrativa de Moçambique logo após a Independência até aos dias de hoje.

A estratégia de gestão de resíduos sólidos em um sistema centralizado é diferente no sistema descentralizado que permite uma maior abertura e aproximação dos cidadãos.

O Decreto 7/78 introduz os Conselhos Executivos que vem substituir as Câmaras Municipais da organização política e administrativa que vigorou no período colonial. Serão analisadas os constrangimentos e oportunidades neste sistema que era centralizado.

Em 1998 realiza-se as primeiras eleições autárquicas no país. A Autarquia pressupõe participação dos cidadãos na gestão da urbe mas a problemática dos resíduos sólidos continua a dominar a Cidade de Maputo. Pretende-se analisar os constrangimentos na gestão de resíduos sólidos nesta autarquia.

As Cidades adoptam estratégias de gestão de resíduos sólidos diferentes. Para a adopção duma estratégia é necessário ter em conta a especificidade de cada região.

Serão analisadas várias experiencias de algumas Cidades como forma de ver os pontos comuns que podem ser úteis

Para este trabalho serão usadas as teorias da Descentralização, Participação e Educação Ambiental.

INTRODUÇÃO

Pretende-se com este trabalho analisar os constrangimentos que o Conselho Municipal da Cidade do Maputo tem-se deparado na recolha de resíduos sólidos domésticos. Para tal, é necessário entender a estratégia que está sendo adoptada actualmente e os recursos, tanto humanos como materiais, existentes no Conselho Municipal.

A área seleccionada para este trabalho é a Autarquia de Maputo, portanto, a capital do país, e mais concretamente no Distrito Urbano 1, que é a parte cimento da cidade do Maputo. Os actuais Distritos Urbanos da cidade de Maputo passaram a designar-se de Distritos Municipais, cujo número também passou de 5 para 7, com a elevação de Catembe e Ilha de Inhaca àquela categoria. A medida, que foi aprovada pela Assembleia Municipal, insere-se nas acções de estruturação e organização do município, com objectivo fundamental de assegurar melhor funcionamento dos órgãos municipais. É no quadro deste projecto que, muito recentemente, se procedeu à criação dos serviços municipais nos quais se espera que os munícipes irão encontrar resposta para as suas preocupações.

O Distrito Municipal 1, tem duas formas de recolha de lixo nomeadamente, através da participação do empresariado local e outra feita directamente pelo Conselho Municipal através de um método clássico de recolha de resíduos sólidos; este método consiste na participação directa do Conselho Municipal, com os seus próprios meios humanos e materiais na recolha do lixo.

A QUIMILAR, uma empresa privada vocacionada na recolha de resíduos sólidos, através duma experiência-piloto, está fazendo o trabalho da recolha destes resíduos na zona delimitada pela Avenida Karl Marx, desde da baixa da Cidade ao Bairro da Malhangalene e da extensão daquela via até ao Costa do Sol.

Para se poder entender a estratégia de gestão de resíduos sólidos na Autarquia de Maputo, partiu-se duma análise da organização administrativa e política de Moçambique logo após à Independência até aos dias de hoje, uma

vez que a recolha de lixo era feito primeiro através do Conselho Executivo e mais tarde com as Autarquias a estratégia altera-se.

P. Que é isto?
A organização administrativa logo após à Independência era de excessiva centralização de poder, e isto afectava também o processo de recolha de lixo na Cidade.

2/1/1981
A Autarquia tem uma autonomia administrativa, financeira e patrimonial, portanto, introduz-se um novo sistema de trabalho nos serviços que cabem ao Conselho Municipal. A natureza duma Autarquia pressupõe a participação dos cidadãos na gestão e concepção das actividades da área em que vivem. Mesmo com as Autarquias a problemática de lixo em lugares inapropriados continua sendo uma realidade na Cidade do Maputo.

Existem vários modelos de recolha de resíduos sólidos que tem sido adoptado por várias cidades, mas para este trabalho pretende-se propôr um modelo que seja realístico à realidade da cidade de Maputo tendo em conta a pesquisa que será feita. Serão analisadas experiências de algumas grandes cidades na recolha do lixo doméstico, caso da Autarquia da Cidade da Beira (que tivemos a oportunidade de visitar), o Distrito Municipal 4 (faz parte da Autarquia de Maputo), Belo Horizonte (Brasil) e Curitiba (Brasil), não como forma de fazer extrapolação à realidade de Maputo mas sim para ver os pontos positivos e comuns que podem ser úteis à Cidade de Maputo.

A gestão de resíduos sólidos na Autarquia de Maputo até ao mês de Maio era conduzido pelo Departamento de Salubridade do Conselho Municipal que subordinava-se à Direcção dos Serviços Urbanos. Actualmente este Departamento não existe e passou a designar-se Direcção de Serviços Municipais, Salubridade e Cemitérios e é dirigido pelo engenheiro Xavier Domingos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Para se poder falar da gestão de resíduos sólidos na Autarquia de Maputo é importante primeiro entender como estava organizada a estrutura administrativa e política em Moçambique, pois ela determina a estratégia de gestão de um Município. É necessário entender como esta organização era feita desde da Independência até ao surgimento das Autarquias no país. ✓

Moçambique herdou do passado colonial uma estrutura administrativa essencialmente baseada no princípio da centralização, isto é, no princípio da reserva do poder de decisão administrativa aos órgãos superiores da Administração Central.

A natureza autoritária do regime português, aliada à necessidade de forte domínio sobre as províncias ultramarinas, conduziu a que mesmo as denominadas estruturas municipais então existentes fossem uma simples extensão do poder central. A sua autonomia política era reduzida, como eram reduzidas as competências e quase inexistentes os meios financeiros próprios.

A Administração Municipal portuguesa consistia em Câmaras Municipais e Juntas Locais constituídas essencialmente por residentes europeus das zonas urbanizadas enquanto que as zonas sub-urbanas, reservadas aos locais, eram dirigidas por administradores nomeados que exerciam a sua acção segundo o modelo das administrações civis das zonas rurais.

A Câmaras preocupavam-se principalmente com matéria de índole urbana como abastecimento de água e electricidade, saneamento, recolha de lixo e controle da construção urbana e mais tarde planos directores de desenvolvimento urbano e gestão de mercados. ✓



Com a Independência, a natureza do regime modificou-se substancialmente. A necessidade de reforçar a unidade nacional e a liderança do partido FRELIMO, para além do imperativo de atingir certas metas sociais, económicas e políticas, continuaram a aconselhar o centralismo de decisão administrativa, embora a lei não deixasse de criar "fora" onde a voz popular poderia fazer sentir as suas aspirações (Autarquias Locais em Moçambique, 1998:13).

O partido FRELIMO, através da decisão do III Congresso, pretendia um Estado Democrático Popular, com a participação organizada do povo no exercício do poder. Era necessário, portanto, alterar grande parte da estrutura administrativa e política para poder almejar os objetivos. Impunha-se ao Governo Provincial a definição de regras essenciais da estruturação e desenvolvimento.

O Estado herdado era centralizado porque os seus comandos derivavam essencialmente de um centro, primeiro na metrópole colonial e mais tarde na província ultramarina.

Dois movimentos surgem com a Independência: Um centralizador que garantia o poder, unitário do Estado e um outro de carácter participativo que consistia na criação de instâncias de organização através dos Bairros e quarteirões. Estes dois movimentos não funcionaram de maneira coordenada. O discurso político e organizacional avançava no sentido de responsabilidade das comunidades locais, através duma estruturação de cariz local e comparticipação na gestão do património do Estado. Na realidade os órgãos locais acabaram por ser apenas estruturas de auscultação sem qualquer poder de decisão e de execução, limitando-se a apresentar problemas à consideração dos órgãos centrais (Moçambique, Relatório do Desenvolvimento Humano, 1998:42).

A Lei 6/78 extingue todos corpos administrativos, nomeadamente as Câmaras Municipais e Juntas Locais e os Serviços de Administração Civil. Em contrapartida a Lei 7/78 cria os Conselhos Executivos das Assembleias de Cidade, competindo aos Governadores Provinciais dar orientação de carácter obrigatório aos Presidentes dos Conselhos Executivos de Cidade e dirigir a

estruturação dos órgãos de direcção estatal nas cidades, bem como elevar a qualidade e eficiência do seu trabalho e controlar a realização das suas tarefas.

No contexto da extinção dos Corpos Administrativos e dos Serviços de Administração Civil, compete aos Governos Provinciais apoiar activamente e de modo planificado a realização deste processo, assegurando a continuidade das tarefas necessárias sem redução das meta já alcançadas, nomeadamente no fornecimento de água e electricidade, recolha de lixo, melhoria de esgotos e canalização, tratamento de jardins e arruamentos.

Os Conselhos Executivos servem de instrumentos para a realização permanente das tarefas das Assembleias do povo, com vista à promoção e do progresso constante dos cidadãos e à implantação da direcção estatal aos níveis distritais e de Cidade. ✓

A Lei 7/78 de 22 de Abril considera que as Assembleias Distritais e de Cidade são fruto imediato da participação entusiástica do povo nas primeiras eleições gerais da História do povo e assumem uma importância decisiva para o desenvolvimento e consolidação do poder do Estado Democrático.

Com reforço do funcionamento dos órgãos executivos locais de poder de Estado e respectivo Aparelho Estatal, torna-se necessário uma redefinição de competências e de procedimentos relativos à gestão de quadros e das respectivas disponibilidades orçamentais. Deste modo, tendo em conta atribuir capacidade de decisão aos Governadores Provinciais em relação a certos níveis de dirigentes, quadros e trabalhadores, o Presidente da República decretou competências aos Governadores Provinciais de propôr a ele a nomeação dos Presidentes dos Conselho Executivos de Cidade. O pessoal do Gabinete do Presidente do Conselho executivo de Cidade é nomeado pelo Governador Provincial em regime de comissão de serviço ou por contrato, devendó-se em ambos os casos realizar concurso ou avaliação profissional.

O Conselho Executivo torna-se como um órgão do Estado com funções de decisão, execução e controlo com base em mesmos princípios que orientarão as normas relativas aos Governos Provinciais. ✓

A criação da Direcção de Apoio e Controlo a nível de cidade era para responder à necessidade de formação de um órgão do Aparelho de Estado (ao nível da cidade) que funcionava como instrumento de apoio do Presidente do Conselho Executivo. Visava também verificar a implementação das orientações dos órgãos superiores ao nível da cidade.

O Conselho Executivo exerce as suas funções mandatadas pelas Assembleias do povo. Ele presta conta das suas actividades ao Governador Provincial. O Presidente do Conselho Executivo de Cidade é mandatário do Presidente da República ao nível da cidade. Ele responde perante a FRELIMO e perante ao Governador Provincial.

Os Conselhos Executivos de Cidade são compostas pelo seu Presidente e por 3 a 5 membros que mereçam a confiança da Assembleia da Cidade.

A realização das suas actividades são baseadas num plano de trabalho elaborado de acordo com as prioridades nacionais e às necessidades de desenvolvimento da cidade e a base de planificação orçamental de cidade é elaborado pelo Ministério das Finanças e depois submetido para decisão do Conselho de Ministros.

De acordo com as decisões da FRELIMO, com a formação das Assembleias do povo em todos os escalões, nasceram novos órgãos de poder de Estado Democrático Popular e criaram-se novas condições para a organização do Estado.

Esta forma de organização política e administrativa do Estado teve as suas desvantagens às actividades locais devido ao elevado nível de centralização. Os meios necessários para a recolha de resíduos sólidos eram planificados ao nível central, tornando os órgãos locais apenas estruturas de auscultação sem qualquer poder de decisão. As populações locais não tinham autonomia na gestão de bens públicos e nem iniciativa de actividades úteis à Autarquia.

Do ponto de vista técnico, uma administração centralizada correrá inevitavelmente o risco de ser ineficiente, desautorizada, cara e morosa. Despido de poder, o representante local de administração, que poderia resolver os assuntos locais porque os conhece, remete-os antes para os órgãos superiores,

TEMA: ~~Remoção~~ de Resíduos Sólidos no Município de Naputo
 Dificuldades na Remoção e Tratamento dos Resíduos Sólidos com CEM.

O município e a gestão de Resíduos Sólidos:
 O caso dos serviços de remoção e tratamento dos lixo no município de Naputo

OBJETIVO GERAL - De uma forma geral pretende-se com o trabalho compreender as dificuldades existentes na remoção e tratamento dos Resíduos Sólidos, no CEM.

ESPECÍFICOS - procurar ~~se~~ ^{identificar} ~~os~~ ^{principais} problemas ~~existentes~~ em torno da remoção e tratamento dos

HIPÓTESE

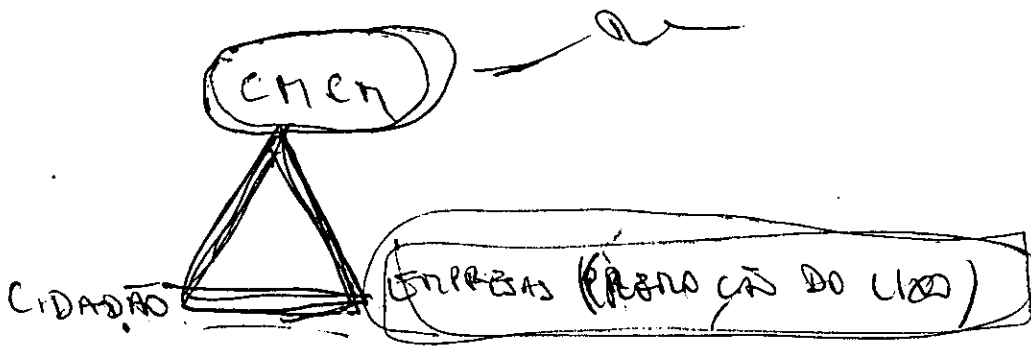
Resíduos sólidos
 - Identificar os casos que levam a muito o lixo durante muito tempo na cidade de Naputo.

FUNDAMENTOS DE PARTIDA -

- Identificar o nível de participação da cidadania na remoção dos Resíduos Sólidos
 - Relacionamento ~~entre~~ ~~o~~ ~~CEM~~

→ Remover possíveis soluções e fazer face à problemática do lixo.

→ Stakeholders (poder local, cidadãos, empresas (restauração), serviços).



I. Introdução

- Como e porque a produção do trabalho (obtenção do grau de hierarquização)
- Aspectos sobre a qual o trabalho irá versar-se (Assunto/Tema):
- Organizações do trabalho (Capítulos e Subtítulos)

II. Contextualização

- leis e regulamentos municipais
 - leis e os regulamentos de criação de municípios
 - Reformas que culminaram com a criação de municípios
 - Quantos municípios existem e como foi feita a sua criação
- ⇒ Analisar sobre o município (localização, composição; áreas de trabalho, etc)
- ⇒ Justificar a escolha do tema

ATRIBUIÇÃO DE TERRENOS NO MUNICÍPIO DA PATOLA.

→ Apesar do município ser o dono, e consideramos que o cidadão que vive no seu território produz mais lucro que o residente do alto mar, a soberania é sua, tempo ????

→ No tempo de crise a situação do litoral em catástrofe, e parece por certo desorganizar no município. Agora a organização foi organizada no litoral, aumento

que não conhecem e demoram na decisão(Autarquias Locais em Moçambique, 1998:14).

• Habitado à morosidade e ao reduzido mérito da decisão, o cidadão vira costas à administração, procurando resolver os seus problemas à margem dela ou contra ela. As directivas que dimanam do centro não encontram forma de implementação porque os funcionários locais não são respeitados nem possuem força persuasiva. As receitas tributárias ficam por cobrar, porque o funcionário local incumbido da cobrança não tem incentivo para uma actuação rigorosa, nem o administrado encontra motivo para subsidiar voluntariamente uma administração em que não se revê(Autarquias Locais em Moçambique, 1998:14).

Daí o aviso muitas vezes reiterado por organismos e organizações, com a dimensão e experiência de uma ONU ou do Banco Mundial de que o excesso de centralização é um dos factores impeditivos do progresso nos países subdesenvolvidos. ✓

No plano doutrinário, conhecem-se as teses de acordo com as quais a democracia pressupõe um mínimo de autonomia dos povos e das suas estruturas locais. O valor da dignidade da pessoa humana conduz ao reconhecimento da capacidade de decidir sobre gestão de assuntos correntes pelos habitantes das localidades, dentro da política geral do Estado, organizados e enquadrados por estruturas com poderes administrativos e financeiros adequados.

O movimento pela descentralização política e administrativa começa a desenhar-se a partir de 1998. Em 1994, nas vésperas das eleições legislativas e multipartidárias, foi adoptado uma Lei dos Municípios que estipulava a extensão da municipalização tanto para as zonas rurais como urbanas. Esta Lei nunca chegou a entrar em vigor na prática(Moçambique, Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano, 1998:42). ✓

• A Lei aprovada em 1997 estipula que as Autarquias são de dois tipos : Municipalidade nas Cidades e Vilas e Povoações nas Sedes dos Postos Administrativos. As funções das Autarquias incluem, além dos aspectos tradicionais-meio ambiente, saneamento básico e qualidade de vida, abastecimento público, urbanização, construção e a função instrumental de

garantia-polícia da Autarquia, um novo tipo de função na área social como a saúde, educação, cultura, lazer, entretenimento e desporto.

Os órgãos principais da Autarquia são o Presidente do Conselho Municipal, Assembleia Municipal e o Conselho Municipal. O Presidente, órgão executivo, é eleito por sufrágio directo ao mesmo tempo que a Assembleia, o que põe-no em paridade democrática com a Assembleia. Um dos corolários é que o Conselho Municipal composto por vereadores responsáveis por pelouros é inteiramente designado pelo Presidente, com limitações de que metade dos seus membros devem ser membros da Assembleia Municipal, de modo a assegurar a legitimidade democrática (Moçambique, Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano, 1998:43).

• A municipalização é vista por muitos como um instrumento para melhorar a gestão dos serviços urbanos. A participação dos cidadãos através da municipalização significa uma maior responsabilização dos cidadãos, o que pressupõe também uma maior consciência de que os serviços melhoram através da sua contribuição, quer em ideias, quer na aproximação ao executivo em trabalhos, no pagamento de impostos, etc.

A questão dos impostos é uma variável desconhecida por não existir tradição de pagamento de impostos municipais, em parte, graças à atitude paternalista dos primeiros anos da Independência. O sucesso da municipalização depende assim da capacidade de o processo ser indutor da geração de mais recursos financeiros, morais, mobilização de técnicas e intelectuais que permitam buscar nas reservas não suficientemente exploradas (Moçambique, Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano, 1998:43).

Um dos grandes desafios da municipalização é a sua génese. Ela foi induzida de cima como corolário da implantação do Estado Moderno. É nesta perspectiva que o sentido de participação e responsabilização dos cidadãos não se faz sentir na gestão de várias actividades da Autarquia. A Autarquia deve gerar de um sentimento das comunidades que se associam para a resolução dos seus problemas.

É nesta perspectiva que se pretende entender a gestão de resíduos sólidos na Autarquia de Maputo a partir da organização administrativa e política do país, na medida em que é este elemento que contribui, directa ou indirectamente, para o sucesso do funcionamento duma Autarquia. A recolha de resíduos sólidos na cidade de Maputo é dificultada, a produção desses resíduos tende a aumentar associado ao crescimento da população.

Com o surgimento das Autarquias a esperança era que ela pudesse contribuir para a melhoria das condições de vida dos munícipes, mais concretamente no processo de recolha de resíduos sólidos.

DELIMITAÇÃO

Pretende-se com este trabalho analisar a estratégia de gestão de resíduos sólidos feito pela Autarquia de Maputo. O que se pretende discutir é a forma ou os constrangimentos que o Conselho Municipal tem-se deparado na recolha do lixo. É nesta perspectiva que se procurou entender a estrutura institucional do Conselho Municipal e da organização política e administrativa do país logo após à Independência até ao surgimento das Autarquias.

A Autarquia de Maputo, do ponto de vista administrativo, está estruturada em 7 Distritos Municipais que abrange 61 Bairros. Para este trabalho o enfoque será dado ao Distrito Municipal 1, que compreende os seguintes Bairros:

- Bairro Central "A";
- Bairro Central "B";
- Bairro Central "C";
- Alto-Maè "A";
- Alto-Maè "B";
- Malhangalene "A";
- Malhangalene "B";
- Coop;

- Polana Cimento "A"
- Polana Cimento "B" e
- Sommerchield.

A opção pelo Distrito Municipal 1 prende-se pelo facto de nesta zona a recolha de resíduos sólidos ser feito directamente pelo Conselho Municipal e pelo empresariado local, utilizando para tal os seus próprios recursos, enquanto que em outros Distritos este trabalho é feito directamente pelas comunidades locais através do projecto "Comida Pelo Trabalho", financiado pelo Programa Mundial de Alimentação (PMA).

Existem vários tipos de resíduos, mas para este trabalho serão tratados os resíduos sólidos domésticos e quando se fala de gestão pretende-se referir à sua recolha a partir dos lugares onde estes são depositados.

OBJECTO DE ESTUDO

(As várias disciplinas científicas que fazem parte das ciências sociais e humanas tem a particularidade de interpretar o real a partir de perspectivas diferenciadas. A Economia, a Sociologia, a Geografia, a História, etc não "olham" da mesma maneira o mesmo fenómeno social que estudam. ✓

Para este trabalho, a disciplina científica que tende a orientar é a Administração Pública, pelo que o objecto de estudo será a análise institucional do Conselho Municipal a partir dos seus recursos (humanos e materiais) e a legislação relativa ao funcionamento dos serviços municipais. ✓

Sendo problemática a questão dos resíduos sólidos nas grandes cidades, um dos objectivos é o de apresentar propostas depois de compreender as causas que levam a manutenção do lixo durante muito tempo na cidade do Maputo.

PROBLEMÁTICA

A Descentralização, a Participação e a Educação Ambiental são as principais teorias a serem abordadas neste trabalho.

A Descentralização e autonomia dos órgãos locais tem sido objecto de frequentes seminários, estudos e propostas de acção em Moçambique nos últimos anos. O fortalecimento dos Governos Locais pela via da descentralização tornou-se tema praticamente inescapável nos debates sobre a Administração Pública em Moçambique (PANGUENE, Felicidade in A Lei dos Municípios, 1994:47).

Neologismo

A descentralização pressupõe maior responsabilidade dos cidadãos e melhor organização dos órgãos de Poder Local em todos os seus sectores de actuação.

É a sociedade civil quem assegurará o funcionamento dos serviços municipalizados como geradores de receitas para o orçamento do próprio Município.

As comunidades compreendem melhor os seus problemas do que os profissionais (OSBORNE, D. e GAEBLER, T., 1992:69).

A descentralização feita através das Autarquias pressupõe a participação dos cidadãos na gestão da coisa pública. Os vários serviços prestados pelo Conselho Municipal tem em conta a colaboração dos cidadãos através da sua participação.

A terceira teoria importante para este trabalho é a Educação Ambiental para uma tomada de consciência dos cidadãos.

A Educação Ambiental é um processo permanente e participativo de intercâmbio de conhecimento, explicação de valores, instrução sobre problemas específicos relacionados com a gestão do ambiente, formação de conceitos e aquisição de competências que motivem e promovem comportamentos e

actuações concretas de defesa, maneiio e melhoria da qualidade do ambiente (Situação do Lixo em Maputo, 1997:53).

Como se pode deprender, esses 3 conceitos estão interligados e dependentes um do outro, ou melhor, para haver uma participação é necessário que exista mecanismos que aproximem o cidadão das decisões, e isto só pode acontecer com a descentralização, e estes cidadãos devem estar consciencializados ou que tenham um sentido de responsabilidade nas suas actividades. ✓

QUESTÃO DE PARTIDA

Quais os constrangimentos na gestão de resíduos sólidos na Autarquia de Maputo?

HIPÓTESE

Antes da elaboração deste trabalho fez-se uma visita a Autarquia de Maputo e leituras referentes à gestão de resíduos sólidos para poder aprofundar a estratégia de recolha de lixo e a maneira como os munícipes contribuem para facilitar este trabalho. Esta observação foi feita no Distrito Municipal '1, que é a parte deste trabalho.

É leitura
de quem?

Como explicação antecipada e provisória que se conseguiu encontrar é que existe um número bastante reduzido de meios para fazer face ao volume de lixo produzido em Maputo. Portanto, o lixo que se encontra espalhado em lugares inapropriados é porque os munícipes não tem onde ir depositar. ✓

METODOLOGIA

A metodologia a ser seguida para este trabalho obedecerá a 3 fases distintas a saber:

1. **Observação participante**- Consistirá na análise em toda a cidade de Maputo dos meios existentes, caso de contentores para a deposição de lixo e se eles são suficientes para a cidade de Maputo; é necessário também ver as condições em que se apresentam; outro aspecto importante é o de verificar se os camiões do Conselho Municipal conseguem recolher a tempo o lixo depositado pelos munícipes.
2. **Análise da documentação escrita**- Consistirá na pesquisa de documentos que versam a estratégia do Conselho Municipal na recolha de resíduos sólidos na cidade de Maputo. Grande enfoque será dado a Boletins da República para poder contextualizar esta instituição desde dos primórdios da Independência como forma de melhor entender a estrutura institucional do Conselho Municipal. Será também dada atenção às publicações dos órgãos de informação que falam sobre esta matéria.
3. **Entrevistas semi-estruturadas e abertas**- O uso das duas técnicas irá permitir colher uma maior informação, sendo o primeiro tipo dirigido aos funcionários do Conselho Municipal que estão ligados a este sector. Pretende-se também entrevistar alguns membros da Assembleia Municipal, integrados na comissão de salubridade, mas este aspecto está condicionado ao tempo disponível para este trabalho. Pretende-se também realizar entrevistas às comunidades locais, sendo elas as productoras desses resíduos; o número de entrevistados está condicionado ao tempo.



MODELO DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

DE BELO HORIZONTE

Marco António Carvalho Teixeira

A cidade de Belo Horizonte tem uma população de 2.100.000 habitantes e produz diariamente 4.250 mil toneladas de lixo.

No início de 1993, ao assumir a Superintendência de Limpeza Urbana do município, a actual gestão encontrou um sistema padecendo dos mesmos problemas das grandes cidades, além da ausência de iniciativas que incorporassem a participação e a formação de uma consciência ambientalista dos cidadãos, voltada para o manejo adequado dos resíduos produzidos tanto no ambiente domiciliar quanto no comercial. Os desafios eram grandes. Vencê-los exigia o estabelecimento de parcerias entre o poder público, a sociedade civil, os movimentos sociais, o sector empresarial e as Organizações Não Governamentais.

O método de gestão de resíduos sólidos de Belo Horizonte é bastante amplo. Articula-se com outras áreas do poder público, com a iniciativa privada e com a sociedade civil.

Suas acções estão articuladas em vários pontos, podendo ser destacada a busca da diminuição dos efeitos nocivos ao ambiente através de diversas medidas, discriminadas a seguir:

- **A compostagem simplificada**- Com a sobra de alimentos dos restaurantes e de verduras e frutas dos mercados públicos, colectados selectivamente na própria fonte geradora, mais o material resultante das podas de árvores e gramados feitos pela própria prefeitura, tem ocasionado a produção de um composto limpo e de alta qualidade, que vem sendo usado para agricultores e em hortas comunitárias nas escolas públicas;
- **Projecto Ponto Verde** – Vem actuando no sentido da recuperação de áreas degradadas pelo despejo irregular de resíduos sólidos. O que era

um lixão vem sendo substituído por uma praça ou área de lazer. Como impacto mais imediato, esta iniciativa tem resultado na reapropriação do espaço pela população local, eliminando os vetores de contaminação e a queima do lixo. É importante destacar que a população é incentivada a criar novos hábitos na sua relação com o lixo, a partir de um processo envolvendo a educação ambiental e intervenções culturais feitas em parceria com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente;

- **Reciclagem do Entulho**- Produzido pela construção civil, além de minimizar os danos ambientais, porque tem diminuído a proliferação de despejo de entulhos em terrenos baldios, tem também se transformado numa fonte de economia para a prefeitura. Todo o entulho reciclado tem sido totalmente reutilizado nas obras de pavimentação e de manutenção das vias públicas;
- **Projecto Vilas e Favelas**- Possibilitou a ampliação dos serviços de colecta domiciliar. Isto é resultado da solução criativa encontrada com a utilização de mini-camiões que alcançam os locais de difícil acesso;
- **Colecta Selectiva**- Organizada a partir da instalação dos LEVs (Locais de Entrega Voluntária) tem sido um espaço privilegiado de consciencialização sobre a questão de reciclagem. Esses pontos de entrega geralmente se localizam em igrejas, empresas, hospitais e núcleos comunitários.
- **Aplicação do Sistema de Biorremediação**- No aterro sanitário permite uma decomposição mais rápida do lixo e gera um composto que poderá ser usado na recuperação de solos degradados pela acção de mineradoras.

Os trabalhadores de limpeza urbana, além de terem conseguido ganhos salariais directos e indirectos na actual gestão, tem sido peça fundamental no desenvolvimento do programa.

Garis entrevistados afirmam que se sentem responsáveis não só pela limpeza como também pela necessária mudança de comportamento da

Transcrições
hum - simples?

população, chamando a atenção de quem suja as ruas, de frequentadores e donos de bares com mesas nas calçadas que não mantêm a limpeza do espaço e dialogando sobre a disposição correcta do lixo domiciliar (Experiência de Gestão Pública e Cidadania, 1997:64).

O investimento na recuperação da qualidade de vida no trabalho dos garis repercutiu numa aproximação desses profissionais com a população e também com a estrutura administrativa. Eles afirmaram que anteriormente as suas condições de trabalho eram bastante precárias. Afirmam que hoje além de haver uma aproximação, as pessoas comentam sobre os serviços de limpeza, fazendo sugestões. Outro ganho importante que contribui muito para o resgate da cidadania dos garis, está na instalação de 100 micro-pontos de apoio onde podem tomar banho, consumir suas refeições, trocar de roupa e fazer uso de sanitário. Eles também gozam do benefício do vale-refeições, porém muitos deles continuam trazendo suas marmitas.

Fazendo uma comparação entre Belo Horizonte e São paulo no que diz respeito ao reaproveitamento do lixo, na capital paulista o lixo é recolhido misturado e depois separado na própria usina de compostagem. Com isso, o lixo que seria separado para a produção de compostos, já está com a sua qualidade comprometida. Chegado misturado, ele pode ter sofrido contaminação por contacto com productos tóxicos e até mesmo pela acção de elementos radiativos como pilhas e baterias.

A gestão que precedem a actual administração em Belo Horizonte adoptava a mesma prática que funcionava a muitos anos em São Paulo.

A articulação com a população local no programa Ponto Verde e no Projecto Vilas e Favelas tem garantido, além duma significativa melhoria na qualidade de vida, um factor de geração de empregos para os moradores carentes. A mudança de cultura visando manter a limpeza e os novos hábitos de higiene tem sido garantida através de actividades educativas e também pela fiscalização que os próprios moradores tem feito, ao reprimir aos que ainda tem práticas nocivas ao ambiente local.

A prefeitura tem tido uma outra iniciativa interessante, que é o facto de complementar com um salário mínimo por mês a renda de cada família que mantém seus filhos na escola.

Os objectivos do programa são de minimizar os impactos ambientais causados pela geração de resíduos sólidos e maximizar benefícios sociais e económicos com a optimização dos serviços, e para tal isto reqere uma acção de co-responsabilidade que envolve a sociedade como um todo, e no caso de um programa de gerenciamento de resíduos sólidos os resultados não se dão a curto prazo.

É importante ressaltar que o estabelecimento de parcerias com vários sectores da sociedade civil legitima e garante a eficácia do programa, aproximando o poder público da população e tornando a gestão mais transparente e mais sensível à dinâmica social.

CURITIBA: UM PROGRAMA SOCIAL DE COLECTA DE LIXO

Venderlei Sonza Carvalho

Desde 1989 a prefeitura de Curitiba passou a investir na compra do lixo que se acumulava pela cidade, buscando uma forma eficiente de colectá-lo e a participação da população carente na limpeza urbana. Em 1991, tendo em vista uma grande safra de repolho e de outros productos que, devido a uma fraca demanda, poderiam vir a ser desperdiçados, a prefeitura passou a considerar a possibilidade de adquirir esses productos viabilizando o escoamento da produção, e implantar uma forma mais eficiente de colecta selectiva do lixo urbano a partir da troca de alimentos por lixo reciclável minimizando assim carências sociais. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente passou então a realizar as negociações necessárias para a compra desses productos e a consequente troca por lixo reciclável.

*condição
do lixo interessante!*

A implantação de um programa nesses moldes não exigia construção específicas; no entanto requeria uma preparação da população para a adesão ao programa e negociações entre diferentes órgãos do governo para a viabilidade da compra e troca dos productos com a população

O Programa Câmbio Verdes é apenas uma das formas de manter a colecta selectiva. O destino final do lixo não reciclável é o aterro sanitário.

O programa estimula o interesse da população em contribuir para a manutenção da limpeza da cidade, promovendo a educação ambiental. E ainda ao trocar alimento por lixo reciclável, minimiza carências sociais da população da periferia da cidade.

O programa de colecta selectiva de lixo poderia enfrentar dificuldades de obter adesão da população, sobretudo da periferia da cidade, no sentido de separar e dispôr o lixo em locais de fácil acesso para os camiões de colecta. Mas a troca por alimentos faz com que a população, além de separar o lixo, o entregue em pontos definidos, facilitando a colecta.

A cidade de Curitiba está realmente limpa, e o lixo reciclável está tendo um destino adequado. A população carente passou a ter acesso a alimentos de boa qualidade e a um custo muito baixo: apenas o de colectar e trocar o lixo.

O Programa Câmbio Verde prima pela simplicidade da acção, pela participação da população e minimiza problemas sociais.

Se considerar o pleno exercício da cidadania, a população seria levada pela sua consciência a colaborar com a limpeza da cidade, mas a cidadania não é algo que se adquire de uma hora para outra, logo, parece saudável estimular a tomada de consciência a partir de cálculo racional mesmo, somando disposição e criatividade para a solução dos problemas.

O programa, no entanto apresenta fragilidades. A primeira reside no facto de não investir pesadamente no estímulo à redução de resíduos. Tem-se exemplos de que a reciclagem para a comercialização tráz até mesmo o desejo de juntar o máximo de lixo possível - é o caso particular de campanhas em escolas de São Paulo onde se verificaram casos de garotos

que tomavam mais refrigerates para colectar a latinha e trocá-la por computador.

EXPERIÊNCIA DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA CIDADE DA BEIRA

A Cidade da Beira é a capital administrativa da Província de Sofala, estando situada na foz do rio pungué, numa zona pantanosa com baixa altitude. É limitada ao Norte pelo distrito do Dondo, a Sul e a Este pelo Oceano Índico e a Oeste pelo rio Pungué. Com uma área de cerca de 643 Km quadrados e uma população actualmente estimada em 410.000 habitantes, a Cidade da Beira, de características marcadamente urbanas, tem um padrão e tecido rico e diversificado, abrangendo 26 Bairros.

Do ponto de vista administrativo, a Cidade da Beira é gerida pelo respectivo Conselho Municipal.

Do ponto de vista de infra-estruturas necessárias ao funcionamento do Conselho Municipal, importa referir que o mesmo já está dotado de instalações e infra-estruturas próprias adequadas ao seu funcionamento, que necessitarão porém de investimentos de reabilitação e manutenção.

Do ponto de vista urbanístico e de funcionamento dos serviços urbanos, a Cidade da Beira necessita de investimentos avultados para fazer face a problemas históricos, recentemente agravados, de graves situações de saneamento e salubridade, bem como sérios riscos de erosão já avançada.

A Cidade da Beira produz mensalmente acima de 3000 toneladas de lixo para serem recolhidos por 5 camiões e 8 tractores pertença do Conselho Municipal local.

A recolha de residuos sólidos é feita pela Direcção de Serviços Urbanos, através do seu Departamento de Higiene e Salubridade que é dirigida pelo dr. Benedito Carlos.

Funciona na Cidade da Beira o Projecto Para Educação Cívica e Ambiental, designado PROPECA, financiado pelo Programa Mundial de

Alimentação que consiste na recolha de resíduos sólidos no âmbito do programa "Comida Pelo Trabalho". Este projecto inclui também debates com as comunidades com vista a educação ambiental e publicação de revistas. Para a educação ambiental o projecto conta com 18 activistas.

"As pessoas não acatam com as orientações do Conselho Municipal. O horário estabelecido para a recolha de lixo que é das 17 às 19 horas não é cumprido pelos munícipes, apesar de haver publicações em cartazes como forma de disseminar a informação" — Benedito Carlos, Chefe do Departamento de Higiene e Salubridade do Conselho Municipal da Beira.

Munícipes entrevistados na Cidade portuária da Beira, no número de 10 acusam o Conselho Municipal de demorar na recolha do lixo nos lugares em que são depositados. Reconheceram também ter alguma parte de culpa por não cumprirem com o horário estabelecido.

EXPERIÊNCIA DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO DISTRITO MUNICIPAL 4.

O Distrito Municipal 4 faz parte da área sub-urbana de Maputo. Os Bairros deste Distrito são:

- Mavalane "A";
- Mavalane "B";
- FPLM;
- Hulene "A";
- Hulene "B";
- Ferroviário;
- Laulane;
- 3 de Fevereiro;
- Mahotas;
- Albazini e
- Costa do Sol.

A gestão de resíduos sólidos no Distrito Municipal 4 é feito através das comunidades locais, no projecto "Comida Pelo Trabalho", financiado pelo Programa Mundial de Alimentação.

Este projecto teve início no ano de 1999. É um projecto constituído por mulheres residentes neste Distrito. Existem muitas mulheres interessadas em fazer parte neste projecto, que é constituído por pessoas carentes.

As 52 mulheres que fazem parte deste projecto fazem a recolha de resíduos sólidos nos Bairros anteriormente referido em troca de alimentos e uma parte simbólica em dinheiro.

Elas possuem 3 tractores doados pelo Programa Mundial de Alimentação e cada mulher recebe mensalmente 75 Kg de milho, 7 Kg de feijão, 4 Kg de açúcar, 2 litros de óleo e 67 mil meticais.

Numa visita ao trabalho destas senhoras notou-se muita animação por parte delas, sinal de que gostavam daquele trabalho. Elas consideraram-se satisfeitas com o producto que recebem mas consideram que a importância em dinheiro que recebem ser pouco. A chefe do grupo chama-se Matilde Simango.

Para além da recolha do lixo, elas também fazem o trabalho de educação aos moradores sobre o cuidado a ter com o lixo.

O seu trabalho é feito em um único turno, sendo das 7 às 15 horas e o trabalho é feito 3 vezes por cada Bairro do Distrito durante a semana.

Esse trabalho tem tido colaboração dos moradores mas dizem haver algumas pessoas que não cumprem com as orientações por elas dadas para facilitar o trabalho.

*Descrição
do trabalho*

Foram aqui apresentados algumas estratégias de gestão de resíduos sólidos em várias cidades. A estratégia varia de Cidade para Cidade dependendo de factores específicos de cada região. Esses modelos não podem ser importados para

uma outra realidade, mas sim cada região deve encontrar o modelo que mais se adequa às suas especificidades.

CIDADE DE MAPUTO

A Cidade de Maputo, localizada no extremo Sul do país, é a capital da República de Moçambique. Denominada Lourenço Marques antes da Independência Nacional, esta urbe foi elevada à categoria de Vila, a 19 de Dezembro de 1876.

A sua passagem à categoria de Cidade, por decreto real de 10 Novembro de 1887, foi resultado do crescente desenvolvimento económico da região, correspondendo à dinâmica de desenvolvimento que se verifica na região de Transval e do porto de Durban, na vizinha África do Sul. De notar que em 1874 já tinha sido concluído o primeiro traçado da estrada que liga a Cidade de Lourenço Marques ao Transval, tendo-se iniciado a construção da linha férrea em 1894.

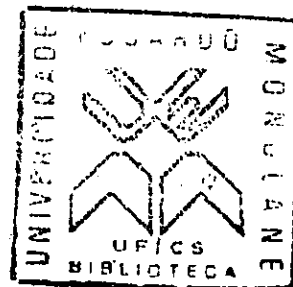
Na sequência desse processo de desenvolvimento, a 1 de Dezembro de 1898 a capital da então colónia de Moçambique é transferida da Ilha de Moçambique para a Cidade de Lourenço Marques.

A Cidade de Maputo tem uma área de 466 Km quadrados e uma população actualmente estimada em 966.000 habitantes.

A cidade de Maputo tem estatuto de Província de acordo com o Decreto 5/80 de 26 de Junho e é gerida pelo respectivo Conselho Municipal que está estruturado basicamente em 18 Direcções e Serviços.

Do ponto de vista de infra-estruturas necessárias ao funcionamento do Conselho Municipal, importa referir que o mesmo já está dotado de instalações e infra-estruturas próprias adequadas ao seu correcto funcionamento. Sendo a capital do país, nela está instalada e a funcionar o Governo da República de Moçambique.

PESQUISA



A Direcção de Serviços Municipais, Salubridade e Cemitério é que faz o trabalho de recolha de resíduos sólidos na Autarquia de Maputo, mais concretamente no Distrito Municipal 1. Esta instituição é dirigida pelo engenheiro Xavier Domingos que na altura em que o entrevistamos tinha 3 semanas de serviço uma vez que esta Direcção é nova. Anteriormente era o Departamento de Salubridade que fazia a gestão de resíduos sólidos e este subordinava-se à Direcção de dos Serviços Urbanos.

“Depois da criação deste serviço, é importante que os munícipes saibam dirigir as suas preocupações às respectivas direcções” (CANANA, Artur in jornal Notícias, 26 de Junho de 2000, página 11).

O sistema de recolha de resíduos sólidos na Autarquia de Maputo, Distrito Municipal 1, é feito de duas maneiras:

1. A primeira maneira é feita Directamente pelo Conselho Municipal, tendo para tal os seus recursos ,tanto humanos como materiais. O método aqui aplicado é o clássico que consiste na recolha dos resíduos em locais previamente identificados , onde são colocados contentores de diversos tamanhos dependendo do fluxo de lixo depositado. Normalmente tem sido os mercados a produzir grande quantidade lixo, pelo que os seus contentores são maiores.
2. A segunda é feita pelo empresariado local a título experimental.

O Conselho Municipal reconhecendo as suas incapacidades convidou o empresariado nacional a contribuir na recolha do lixo na Autarquia.

Foi autorizada a empresa QUIMILAR para intervir no processo. Esta empresa alugou 5 viaturas à vizinha África do Sul para a recolha e remoção do lixo acondicionado em sacos plásticos em toda zona delimitada pela Avenida Karl Marx desde a baixa da Cidade à Malhangalene e daquela via até Costa do Sol.

As zonas não abrangidas pelo projecto continua-se a operar com o actual sistema, isto é, da deposição do lixo nos contentores donde será recolhido e removido através dos camiões da Direcção dos Serviços Municipais, Salubridade e Cemitério:

A QUIMILAR procedeu a distribuição gratuita de sacos plásticos pelas famílias das zonas abrangidas pela experiência-piloto. Cada uma das famílias recebeu 15 sacos plásticos de cinco kilogramas cada. O Conselho Municipal estabeleceu dias de recolha. A título de exemplo, às Segundas, Quartas e Sextas-Feiras o processo de recolha realiza-se nos Bairros da Coop e Polana Cimento, enquanto que às Terças, Quintas e Sábados é o Bairro da Sommerchild. O período da deposição vai das 15 às 20 horas e quem for encontrado a depositar o lixo na rua fora daquele período é sujeito a pesadas multas a serem passadas pela fiscalização da Polícia Municipal.

A utilização de sacos plásticos é “uma forma através do qual pretendemos rentabilizar os poucos meios de que dispomos e melhorar as condições de limpeza da Cidade” (CANANA, Artur, Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo, in jornal Notícias, 3 de Dezembro de 1999, página 7).

A Direcção dos Serviços Municipais, Salubridade e Cemitério faz o seu programa de recolha de lixo em 3 turnos, sendo o primeiro das 7 às 13 horas, o segundo das 13 às 19 horas e o terceiro das 19 à zero hora. Para este trabalho esta Direcção conta com cerca de 500 pessoas.

O trabalho da recolha de lixo é feito por 16 camiões, sendo alguns camiões para contentores de 800 litros, os chamados pré-compacção e outros camiões para contentores de 30 metros cúbicos em que o contentor funciona como carroçaria do camião. Esses últimos contentores como são grandes são colocados em lugares de grandes aglomerados populacionais, como os mercados porque o volume de lixo aí produzido é de grande quantidade.

Na área de acção da QUIMILAR, para além de sacos plásticos eles dispõem de contentores de 7 metros cúbicos para grandes focos populacionais.

Para a manutenção dos seus carros o Conselho Municipal dispõe de uma oficina.

Os camiões da QUIMILAR porque foram adquiridos em estado já usado eles tem tido problemas de avarias constantes dificultando o trabalho da recolha de lixo.

“Os chamados meninos de rua, marginais e malucos contribuem para que o município se apresente com o lixo fora dos seus devidos locais que são os contentores. Estes derrubam os contentores. O problema do lixo também tem relação com os problemas sócio-económicos porque há muitas pessoas sem casas e vivem nos passeios produzindo o lixo e não depositam no seu devido lugar (DOMINGOS, Xavier, Director dos Serviços Municipais, Salubridade e Cemitério, 27 de Junho de 2000).

Nos Bairros em que funciona o sistema de saco plástico é notório a reposição de contentores porque o sistema não está a funcionar. Pessoas mal intencionadas retiram todo o lixo e levam consigo os plásticos deixando os resíduos à céu aberto.

Sobre a existência de resíduos sólidos em locais inapropriados, alguns cidadãos entrevistados consideram que o Conselho Municipal não tem aparecido para recolher a tempo os resíduos. Outros cidadãos entrevistados nos Bairros da Sommerchild e Coop consideram que as pessoas não cumprem com as orientações quanto ao período em que devem depositar o lixo. O número de cidadãos entrevistados foi de 15.

Era também objectivo nosso conversar com o Presidente do Conselho Municipal desta Cidade e o Vereador da área de salubridade mas o factor tempo para elaboração deste trabalho não permitiu.

CONCLUSÃO

Para poder elaborar este trabalho partiu-se da hipótese de que o Conselho Municipal da Cidade de Maputo dispõe de um número reduzido de recursos para poder fazer a recolha de resíduos sólidos. Considerou-se que os poucos recursos disponíveis não eram suficientes para fazer a recolha de lixo produzido em Maputo, mais concretamente no Distrito Municipal 1.

A QUIMILAR, empresa privada que faz a recolha de resíduos sólidos em locais delimitados, introduziu o sistema de sacos plásticos e alugou 5 camiões na vizinha África do Sul.

Este modelo de sacos plásticos que está sendo conduzida pela QUIMILAR não está a furtir efeitos positivos na recolha de resíduos sólidos, porque cidadãos retiram os sacos deixando o lixo à céu aberto dificultando ainda mais a sua recolha. É nesta perspectiva que se está a repôr os contentores como forma de os resíduos não ficarem em lugares inapropriados. ✓

Portanto, pode-se concluir que o projecto de sacos plásticos não é aplicável em Maputo uma vez que ela não teve em conta os vários aspectos culturais e sócio-económicos da Cidade. ✓

Pela observação participante podemos testemunhar esta atitude de alguns cidadãos.

Este projecto visava rentabilizar os poucos meios de que o Conselho Municipal dispõe e conseqüentemente melhorar as condições de limpeza.

Tratou-se de um projecto elaborado sem ter em conta a realidade onde deveria ser implementado. Tratou-se de uma importação de modelos sem se fazer

um estudo para avaliar a sua adequabilidade. Este tipo de projectos funciona onde as pessoas estão consciencializadas na questão da gestão do seu lixo e tem uma certa responsabilidade.

Para Artur Canana (jornal Notícias de 2 de Setembro de 1999) são necessários no mínimo 20 viaturas para garantir os serviços de limpeza. O Conselho Municipal dispõe de 16 camiões mais os da QUIMILAR que são 5 perfazem 21 camiões. Portanto, pode-se concluir que o problema não se situa nos meios existentes. Os meios podem ser elevados mas se não existir uma conjugação de esforços com a participação dos cidadãos o problema sempre se manterá. Para além da participação é necessário uma educação ambiental dos cidadãos.

Quanto aos contentores é difícil estimar a sua quantidade, mesmo no Conselho Municipal não existe uma informação exacta. Pela observação que se fez notou-se a existência de contentores em lugares que facilitam os cidadãos mas muitos destes encontram-se em estado degradado.

RECOMENDAÇÕES

Foram 3 as teorias que achamos ser importantes para a elaboração deste trabalho tendo em conta os modelos de uma administração que leva a eficiência e uma maior responsabilização dos cidadãos na coisa pública :

- Descentralização;
- Participação e
- Educação Ambiental.

O Artigo 8 da Lei 7/97 de 3 de Maio considera que o Município de Maputo pode-se descentralizar ainda mais criando unidades administrativas. Este plano de organização e estruturação do Município tem em vista assegurar o melhor funcionamento dos órgãos autárquicos.

Uma lista de recomendações

Através destas unidades administrativas abrir-se-á espaços para a participação organizada dos munícipes na discussão e tomada de decisão sobre questões fundamentais de interesse para o desenvolvimento económico, social e cultural das respectivas comunidades.

As várias unidades administrativas criadas seriam dotadas de uma autonomia em várias áreas de actividades que interessam a própria comunidade, contrariamente quando ela é feita directamente pelo Conselho Municipal.

Assim, a gestão de resíduos sólidos estaria sob tutela de cada unidade administrativa. Cada unidade escolheria os seus responsáveis que seja de consenso para a execução dos diversos trabalhos.

A participação dos cidadãos estaria mais facilitada, próxima e a sua responsabilização seria maior.

A educação ambiental tem como objectivo a tomada de consciência do ambiente global, dos problemas e para sensibiliza-los para estes assuntos, ajuda os indivíduos e os grupos a adquirir uma compreensão fundamental do ambiente global, dos valores sociais e finalmente ajuda os indivíduos e os grupos sociais a desenvolver o seu sentido de responsabilidade e o sentimento de urgência perante os problemas (Situação do Lixo em Maputo, 1997: 53).

Esta educação ambiental pode ser realizada a nível de cada unidade ou no global, uma vez tratando-se de atingir mesmos objectivos que é o resgate da cidadania.

A educação ambiental pode ser feita a nível dos órgãos de informação, em cartazes ou em contactos directos com a população.

REFERÊNCIA

1. MINISTÉRIO DE ADMINISTRAÇÃO ESTATAL (1998): Autarquias Locais em Moçambique, Lisboa-Maputo.
2. MOÇAMBIQUE, RELATÓRIO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO HUMANO (1998), Pnud.

BIBLIOGRAFIA

1. KELLY, J.(1993) : Gerencia Municipal, IESA, Venezuela;
2. ROCHA, J. (1991): Princípios de Gestão Pública, Presença;
3. DA GRAÇA, J. (1994): Eleições Locais, Distritais e Provinciais in Workshop sobre A Lei dos Municípios, Pemba, 1994;
4. SILVEIRA, S. (1995) : Importância da Educação Ambiental e sua Divulgação, MICOA;
5. FELLEBERG (1985) : Introdução aos Problemas da Poluição Ambiental, EPU;
6. MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL, (1998) : Folhas Informativas dos 33 Municípios, DNAL;
7. DUNSIRE, A.,(1993): "Modes of Governance", in Kooiman, J., (ed) Modern Governance, London;
8. GEORGE, S., : "The Democratisation of Disempowerment, London , Pluto Press;
9. SWILLING, M., (1997): "Changing Conceptons of Governance" (Draft one), Graduate School of Public and Development Management;
10. TEIXEIRA, A., (1996): Reengenharia no Governo, São Paulo, Makron Books (pp. 29-62);
11. OSBORNE , D.e GAEBLER,T(1992): Reinventando o Governo; como o espírito empreendedor está transformando o sector público, Ed. Brasília, MH Comunicação(cap.9 pag. 273);
12. GRAÇA, J.M.F. da (1996)"Características Institucionais e Organizaconais e a Reforma da Administração Pública em Moçambique", Maputo MAE, 3;
13. MONTEIRO, J.O.(1990): "Aspectos Institucionais e Financeiros dos Órgãos Locais em Moçambique";
14. DEVELOPPMENT URBAIN et PARTICIPATION POPULAIRE, (1994), CRIAA..



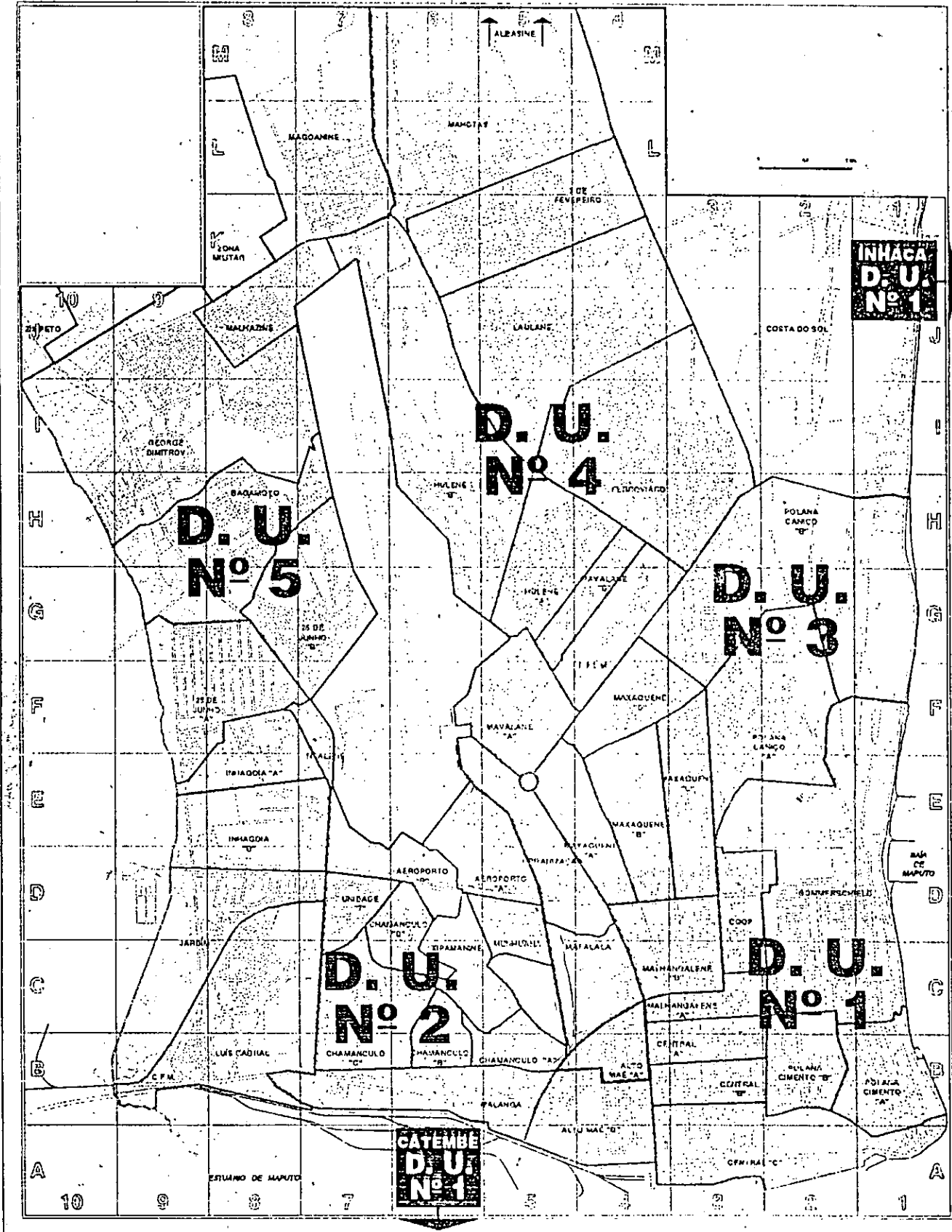
15. NEWSTROM, J. and DAVIS, K. (1997) : Organizational Behavior, International Edition.
16. Jornal Notícias, 17 de Novembro de 1999, Procuram-se Soluções para o Problema de Lixo na Cidade, pg. 11;
17. Jornal Notícias, 16 de Dezembro de 1999, Introduzido Novo Processo de Recolha de Lixo, pg. 11;
18. Jornal Notícias, 2 de Setembro de 1999, Privados vão Participar na Recolha e Remoção do Lixo, pg. 11;
19. Jornal Notícias, 14 de Dezembro de 1999, Recolha de Lixo vai ser feita Através de Sacos Plásticos, pg. 11;

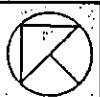
ANEXOS



ENDEREÇAMENTO DA CIDADE DE MAPUTO
ACTUAL DIVISÃO ADMINISTRATIVA (2000)

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL
SERVIÇO DE ENDEREÇAMENTO





ENDEREÇAMENTO DA CIDADE DE MAPUTO RESÍDUOS SÓLIDOS (1998)



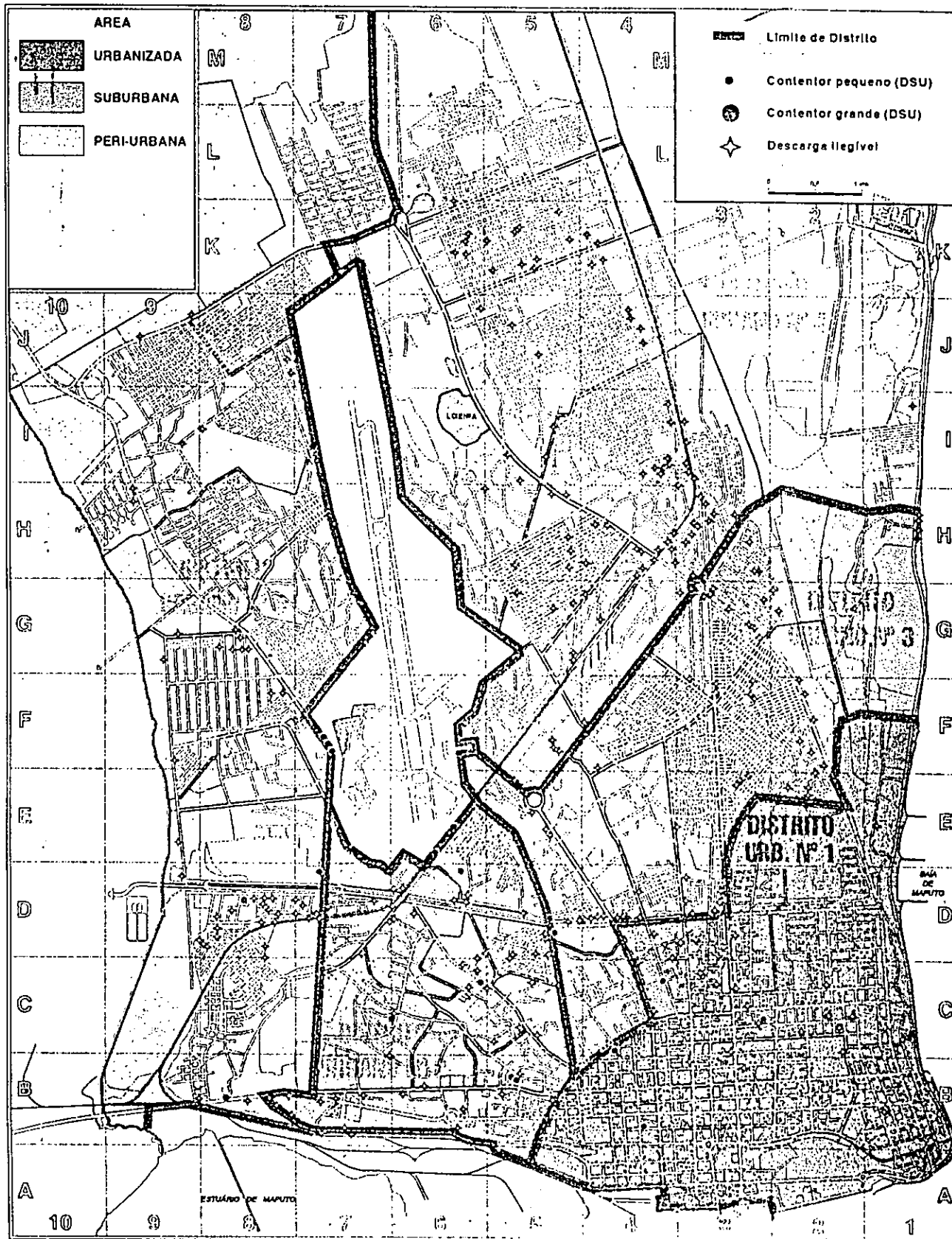
REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
CONSELHO MUNICIPAL DE MAPUTO
DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS



PRODUÇÃO DIÁRIA RESÍDUOS/PESSOA

Area Urbanizada: 0,750 kg.
Area Suburbana: 0,280 kg.
Area Peri-Urbana: Sem informação
(resíduos não recolhidos)

REPÚBLICA FRANCESA
UNION FRANÇAISE DE COOPÉRATION
ET DE ACTION CULTURALE



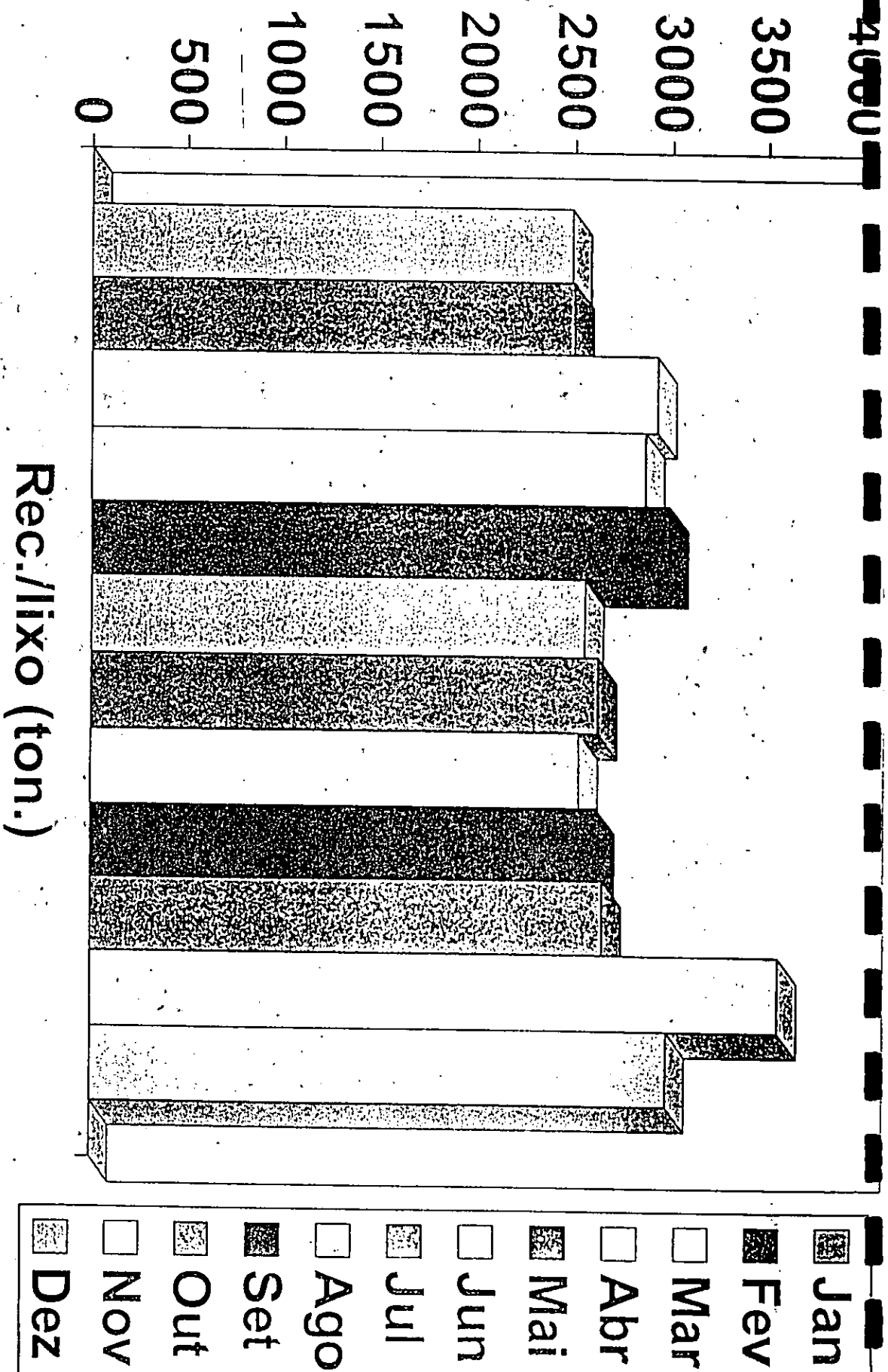


Gráfico - 3 lixo recolhido no ano de 1999





